

Como o MST utiliza a comunicação como recurso para sobrevivência à repressão

How MST uses communication as a resource to survive repression

Alexandre Barbosa

Doutor em Ciências da Comunicação (2013) pela Universidade de São Paulo (ECA-USP). Atualmente é coordenador do curso de Jornalismo e professor titular da Universidade Nove de Julho. Integra a base de Avaliadores do Inep (MEC) para cursos de bacharelado e licenciatura e é editor do website www.latinamericano.jor.br.

E-mail: prof.alexandrebarbosa@gmail.com.

RECEBIDO EM: 18/03/2014

ACEITO EM: 26/05/2014

DOSSIÊ

RESUMO

Este artigo procura demonstrar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra utiliza a comunicação como estratégia para manter o Movimento unido mesmo nos momentos de maior conflito e repressão. As ideias defendidas neste texto fazem parte de uma pesquisa sobre a construção da política de comunicação do MST defendida no Programa de Ciências da Comunicação da ECA-USP em 2013. Para este artigo será demonstrado como o MST utilizou o Jornal Sem Terra para denunciar a violência no campo, principalmente depois do fim do regime militar até o final do governo Fernando Henrique Cardoso. Este artigo conclui que o MST constrói uma contra-hegemonia na comunicação ao desenvolver seus próprios veículos que, além de informar, auxiliam na organização, formação e no incentivo dos trabalhadores rurais a seguir na luta por reforma agrária e pela construção de uma nova sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: MST; Conflitos no campo; Comunicação dos movimentos sociais.

ABSTRACT

This article likes to show that the Movement of Landless Rural Workers (MST) uses communication as a strategy to keep the movement united even at moments of conflict and repression. The ideas in this paper are part of a study about the construction of communication policy in the MST, advocated in the Program of Sciences Communication of ECA- USP in 2013. For this article will be shown as the MST used the Journal to denounce violence in Brazil, especially after the end of military rule until the end of the Fernando Henrique Cardoso. This article concludes that the MST builds a counter-hegemony in communication to develop their own vehicles, beyond inform, assist in organizing, training and encouragement of rural workers to continue the struggle for agrarian reform and the building of a new society.

KEYWORDS: Hugo Chávez; death; The Guardian; The Daily Telegraph; discourse analysis

INTRODUÇÃO

A comunicação sempre foi considerada uma ação política importante para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), seja para auxiliar no processo de organização na fase embrionária do Movimento, seja para informar as lutas dos movimentos sociais na fase em que as outras organizações sociais estavam em um momento de descenso. Essa ação comunicativa foi transformando-se ao longo da história do Movimento e pode ser estudada em quatro estágios, conforme demonstra Barbosa (2013):

- a) o uso do jornal como organizador coletivo;
- b) o jornal como meio de comunicação para auxiliar na construção da identidade nacional do Movimento;
- c) a construção de diferentes canais de comunicação para a base e para sociedade;
- d) a comunicação em interface com a educação, tornando-se elemento para a formação de militantes como estratégia para solução dos novos desafios enfrentados pelo Movimento.

Desde 1981, o MST publica periodicamente o *Jornal Sem Terra*, o veículo de comunicação sobre as lutas no campo com maior tempo de atividade. É este veículo que vai se transformando ao longo das fases citadas acima. Para este artigo, será visto como o MST utilizou o *Jornal Sem Terra* como instrumento para construir a identidade de um Movimento que crescia e se tornava nacional, mesmo com a forte repressão no campo nos períodos dos governos Sarney a Fernando Henrique Cardoso.

METODOLOGIA

O MST utilizou o *Jornal Sem Terra* como recurso de exposição de suas lutas, tanto para a base, como para a sociedade civil. Desta forma, tornando clara ao público por meio de suas publicações as repressões sofridas, as contradições dos argumentos governamentais e expondo números, o Movimento conseguiu angariar apoios entre a intelectualidade e com demais setores da esquerda brasileira e internacional.

Este processo foi estudado na tese de doutorado *A Comunicação do MST: uma ação política contra-hegemônica*, defendida no Programa de Ciências da Comunicação da ECA-USP, na linha de pesquisa Interfaces Sociais da Comunicação. Para a tese, foram analisadas, nos aspectos estético, editorial e estilístico, 316 edições do *Jornal Sem Terra*, separadas de acordo com o contexto histórico. Os textos foram classificados como coberturas factuais ou textos de formação, de acordo com as rubricas propostas por Gramsci (2010) nos capítulos dedicados ao jornalismo integral nos *Cadernos do Cárcere*. Os jornais também foram comparados ao que Lenin (2010) definiu como jornal como organizador coletivo na obra *O que fazer*.

A partir desta análise, pode-se compreender como o *Jornal Sem Terra* evoluiu de um boletim informativo para um jornal utilizado como base para formações. Neste artigo, serão detalhados os jornais que se propuseram a denunciar as repressões sofridas pelo Movimento nos governos pós-ditadura, especialmente os de José Sarney e Fernando Henrique Cardoso.

O JORNAL SEM TERRA E O MST

Para conquistar a reforma agrária, o MST adotou uma forma de luta que envolve a pressão sobre as autoridades que deveriam desapropriar terras devolutas e latifúndios considerados improdutivos por meio da ocupação dessas terras. Assim como ele ocupa as terras improdutivas para que sejam desapropriadas em nome da reforma agrária, o MST ocupa outros latifúndios que também podem ser considerados improdutivos, como a Comunicação e a Educação, quando esses dois campos apenas atendem às demandas do capitalismo. Ou seja, além da luta política empreendida na ocupação de terras e prédios públicos, nas marchas e manifestações, o MST também ocupa o campo da Comunicação para produzir seus próprios veículos e defende que outras organizações populares façam o mesmo, como afirma o site do Movimento:

O povo tem o direito de organizar seus próprios meios de comunicação social, de forma associativa. E o Estado deve garantir os recursos para que exerça esse direito. É preciso democratizar os meios de comunicação, começando por acabar com o monopólio privado dos meios. Atualmente no Brasil menos de dez grupos – constituídos por famílias ou agremiações religiosas – controlam as maiores redes de comunicação, incluindo televisão, rádio, jornais, revistas e portais na internet. O Estado deve estimular, com políticas e recursos para que se amplie o maior número possível de meios de comunicação, sob controle social, nas mais diferentes formas de organização popular. Devemos lutar pela garantia de funcionamento de milhares de rádios comunitárias existentes no país e não compactuar com a burocracia criada pelo próprio Estado para a manutenção do poder da comunicação nas mãos de poucos. Acreditamos que as concessões de radiodifusão (rádio e TV) que têm caráter público devam ser discutidas no âmbito da sociedade, para que essa possa debater sobre outorgas e renovações. Deve ser proibido o uso de concessões públicas de meios de comunicação como forma de obtenção do lucro. A comunicação não é mercadoria. Ela é um serviço público em benefício do povo, como determina a Constituição brasileira e não pode estar subordinada à lógica financeira. Deve ser proibido qualquer investimento ou ingerência estrangeira em qualquer meio de comunicação social (MST, Nossas bandeiras).¹

Hoje, o MST conta com uma coordenação de comunicação para produzir os meios de comunicação (mídia impressa, sites, rádio, além de outras mídias eletrônicas e digitais), que, junto com outros setores, como Educação e Desenvolvimento Cultural, por exemplo, articula as ações da política de comunicação do Movimento.

O *Jornal Sem Terra*, feito para a base, pode ser considerado, desde o seu nascimento, como um instrumento que Lenin (2010) chama de organizador coletivo e hoje é um dos órgãos oficiais do Movimento. Produzido ininterruptamente desde 1981, quando nasceu com o nome de Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra, já ultrapassou as 300 edições. Com periodicidade mensal, colorida, no formato tabloide, a publicação passou por alguns estágios que acompanharam as definições políticas do Movimento, especialmente após os encontros nacionais. Em outubro de 2007, o Jornal ganha um encarte direcionado às crianças, o *Jornal Sem Terrinha*. A publicação é resultado de uma definição política do Movimento, que criou escolas nas regiões em que o Movimento estava organizado, pois a escola tradicional, muitas vezes, está afastada dos acampamentos e assentamentos.

O JORNAL SEM TERRA NO PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO

Durante a segunda metade da década de 80, o *Jornal Sem Terra* acentua suas funções

¹ Disponível em <www.mst.org.br>. Último acesso em 26 de janeiro de 2013.

informativas. Com o crescimento do Movimento em outros estados, a preocupação maior passa a ser o intercâmbio das informações. Para Morissawa (2001) e Fernandes (1999), o período de redemocratização no Brasil coincide com a expansão e consolidação do MST, que se organiza em 23 estados. Em 1985, o MST organiza o I Congresso Nacional, reunindo 1.600 delegados na cidade de Curitiba.

Foi organizada uma equipe de redação com dois editores e repórteres nos estados (dois em São Paulo; um no Rio Grande do Sul; outro no Paraná; e outra no Mato Grosso do Sul). Esses repórteres eram responsáveis pelo envio de reportagens para a editoria **Estados**. Esse corpo de redação marca duas características importantes que o **Jornal Sem Terra** manterá dali em diante até a metade da década de 90: a definição de uma equipe responsável pela comunicação do Movimento e a representação dos estados nos quais o Movimento é organizado.

Nesse estágio, além dessa cobertura informativa das ações nos estados, há uma constante preocupação de análise do contexto nacional, não necessariamente por artigos ou reflexões, mas por meio de recursos jornalísticos mais tradicionais como reportagens sobre os acontecimentos da política nacional, entrevistas com dirigentes, intelectuais ou personalidades ligadas ao movimento sindical e partidário.

O **Jornal Sem Terra**, dessa forma, fica muito parecido com as demais publicações sindicais do período, em que se mesclam análises do contexto nacional com informes sobre ações pontuais. Tanto que, no expediente da edição 43, o MST é definido como uma “articulação de lavradores dentro do Movimento Sindical, que tem por objetivo lutar pela terra e pela Reforma Agrária” (**Jornal Sem Terra**, página 2, edição 43, maio de 1985).

O primeiro jornal publicado após o encontro que fundou o MST traz, em suas 16 páginas, reportagens e fotos assinados por jornalistas profissionais e não só por militantes. Entre as editorias fixas estão **Notas**, **Opinião**, **Entrevista** e **Nos Estados**, alguns destacados individualmente em reportagens de página inteira, como Paraná, São Paulo e Espírito Santo.

Os textos desse estágio são produzidos por jornalistas profissionais e seguem, em sua maioria, as características do jornalismo praticado no Brasil: emprego do lide (hierarquização das informações consideradas mais importantes do ponto de vista da informação no primeiro parágrafo do texto), uso de retrancas e títulos informativos.

Não havia separação do público interno, a base do Movimento, e do externo, a sociedade civil, apoiadora da causa da reforma agrária. Isso explica, em parte, a adoção de um jornal que mais parecia informativo sobre os Sem Terra, do que um jornal feito por e para os Sem Terra. Apesar de vigoroso, - o jornal mantém periodicidade fixa - esse estágio objetiva muito mais a consolidação da unidade nacional do Movimento do que um projeto de formação das bases.

O MST, que cresce e consolida-se nesse estágio, torna-se um movimento social novo. Não está ligado a um partido político e está além do movimento sindical, pelas práticas adotadas, não só da ocupação de terras, mas, principalmente, pela forma de atuação diante da sociedade, pela forma como trabalha com sua base e como se relaciona com outros movimentos.

Na página 9, um infográfico mostra o quadro da violência durante o ano de 1985. O Jornal alerta que os dados foram obtidos graças à documentação e informações da CPT, Contag, movimento sindical e “raramente, do noticiário da grande imprensa”. O *Jornal Sem Terra* posiciona-se no campo oposto ao da indústria jornalística, assumindo a tarefa de receber as denúncias de crimes cometidos: “para chegarmos a um quadro mais real da violência no campo, você precisa ajudar, enviando para a redação do SEM TERRA todas as informações que possuir sobre atos contra a vida e os direitos do trabalhador rural”.

Fig. 2. Jornal alerta que as milícias armadas dos fazendeiros no Bico do Papagaio podem aumentar o número de mortos



Em junho de 1985, é fundada a União Democrática Ruralista (UDR), entidade que reúne os latifundiários para combater as ocupações das fazendas por meio da contratação de pistoleiros, jagunços e milícias armadas. A UDR também arrecada dinheiro em leilões e outros eventos para apoiar parlamentares que defendem os interesses dos fazendeiros.

A América Latina contabiliza um histórico de religiosos assassinados em razão dos conflitos agrários. Ao lado dos sindicalistas e integrantes do Movimento dos Sem Terra, são eles que, muitas vezes, prestam assistência em regiões em que o Estado brasileiro é ausente.

Em julho de 1985, foi assassinado, a mando dos fazendeiros de Rondônia, o padre italiano Ezechiele Ramin, fato noticiado no *Jornal Sem Terra* em agosto daquele ano, já com a manchete da prisão dos assassinos. O caso teve repercussão internacional, muito em razão de o padre ter origem italiana, o que levou à manifestação do Papa João Paulo II. De acordo com o Jornal, esse já era o terceiro crime cometido contra religiosos naquele ano. Em abril, a irmã Adelaide Molinari foi assassinada no Pará, e, no dia 1º de maio, a irmã Cleusa Coelho, do Conselho Indigenista, foi assassinada no Amazonas.

Em 1986, outro assassinato de um religioso teria também repercussão internacional. Josimo Tavares era um padre negro, ligado à CPT, que, além de defender a reforma agrária, também denunciava os crimes cometidos pelas milícias dos fazendeiros. O padre sofreu ameaças e até um atentado, antes de cinco bispos da região comunicarem o fato ao então presidente José Sarney, que “nada fez para evitar o crime”, de acordo com o *Jornal Sem Terra*. No dia 10 de maio, Josimo foi assassinado na cidade de Imperatriz, no Maranhão. O *Jornal Sem Terra* publica até a placa do corcel amarelo que o assassino utilizou para fugir. Um ano antes, o *Jornal* já alertava para o clima de guerra que se formava na região com as milícias armadas.

Fig. 3. Assassinato do Padre Josimo Tavares



O acirramento dos conflitos e a consolidação nacional geram maior exposição do Movimento na indústria jornalística. Diante das primeiras reportagens que criminalizam o MST, a direção nacional é aconselhada por um grupo de jornalistas convidados a pensar em meios de comunicação voltados para a base e outros para a sociedade que ainda não conhece o Movimento.

Nos anos 90, o crescimento do MST em todo o país e a maior exposição levam o Movimento a ampliar a preocupação com as necessidades de formação e, principalmente, de comunicar para a sociedade que a reforma agrária não é uma luta apenas de trab-

alhadores rurais, mas que traz melhorias para todos.

A violência contra o MST aumenta. Nessa época, acontecem dois dos episódios mais marcantes na história dos conflitos no campo: os massacres de Corumbiara (1995) e o de Eldorado dos Carajás (1996). Tanto os episódios de violência quanto as ações do Movimento aumentam a exposição na indústria jornalística.

A edição 158, de maio de 1996, traz o massacre como matéria de capa e dedica cinco páginas, além de um encarte com mais oito páginas, ao debate sobre os diferentes aspectos que envolvem o assunto. O editorial responsabiliza diretamente o governador Almir Gabriel pelo massacre e também o governo de Fernando Henrique que, “pela ineficiência em implantar a Reforma Agrária, criou pré-condições para que ocorresse o massacre”. Na coluna Estudo, o professor Paulo Sérgio Pinheiro, coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da USP, publica artigo alertando para a possível impunidade dos policiais envolvidos no crime. A editoria *Liderança*, que, mensalmente, destaca uma personalidade do Movimento, entrevista Jorge Neri, integrante da coordenação nacional e da direção estadual do MST no Pará. Em razão da repercussão negativa do massacre de Carajás, o presidente Fernando Henrique recebe uma comissão do MST em uma audiência.

O encarte desta edição apresenta a cronologia dos fatos que antecederam o massacre, com a precisão de detalhes como a hora de cada acontecimento, além de artigos e manifestações de solidariedade de personalidades de destaque da sociedade, como o rabino Sobel e o presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC. Nas páginas centrais do encarte, o texto responde à pergunta proposta pelo jornal, “O que fazer para garantir punição e fim da violência?”. Uma das ações, que seria levada adiante, é “divulgar e lembrar”. O jornal propõe que sejam organizados atos para lembrar o episódio, que todos os espaços nos meios de comunicação possam ser ocupados para discutir a reforma agrária e que se faça pressão sobre os parlamentares para que sejam criados monumentos em memória às vítimas de Eldorado do Carajás.

Fig.4. Capa da edição dedicada ao massacre no Pará



O dia 17 de abril tornou-se o Dia Internacional de Luta Camponesa, em memória ao massacre de Eldorado dos Carajás. Desde aquele ano, abril é o mês que o MST dedica para as mobilizações nacionais. Em 1997, foi organizada a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária. Iniciada em 17 de fevereiro, a marcha partiu de três pontos do país (São Paulo, Governador Valadares e Rondonópolis), unindo mil trabalhadores das diversas regiões do Brasil, e percorreu mil quilômetros até chegar a Brasília, em 17 de abril. Além dos mil Sem Terra, cerca de 100 mil pessoas solidarizaram-se com o ato.

A edição 167 circula em março, com a marcha já nas estradas. O editorial faz uma análise da conjuntura, apontando as contradições entre a propaganda do governo, o apoio da mídia e as reais condições das classes trabalhadoras. Na página 3, é publicado um manifesto de intelectuais e artistas em solidariedade à marcha. As páginas 8 a 12 são de notícias referentes à marcha, com coberturas exclusivas aos três grupos (Sul, Sudeste e Centro-oeste), que vão se unir em Brasília.

A edição 168 comemora os 100 mil que tomaram Brasília no dia 17 de abril, em sete páginas. Novamente, os representantes do MST reúnem-se com o presidente e entregam dois documentos, reproduzidos na íntegra nas páginas 8 e 9. Dessa vez, percebe-se, pelo “tom” da abordagem que o jornal utilizou para relatar o encontro, que não há o menor sentimento de esperança em relação ao governo Fernando Henrique: “O que se esperava do encontro? Nada. Apenas que cada uma das partes falasse a verdade e manifestasse sua opinião. E foi isso o que aconteceu. O MST apresentou dois documentos discutidos pela Direção Nacional e pelos trabalhadores caminhantes”.

A marcha nacional foi um instrumento de agitação política de grande valor e obteve resultados que a esquerda não conseguia há tempos. Congregou diversos setores em torno das causas defendidas pelo MST, especialmente a reforma agrária, mas, também, as mudanças na sociedade e a punição dos responsáveis pelos massacres dos trabalhadores rurais. A marcha teve repercussão internacional, despertou interesse dos meios de comunicação e trouxe grande parte da intelectualidade e dos artistas para atuarem junto com o MST. Além das dezenas de nomes que assinaram o manifesto, personalidades de outros setores, como a cantora Beth Carvalho, participaram da audiência com Fernando Henrique.

Em 2002, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, liderança do Partido dos Trabalhadores, novamente o Movimento nutriu esperança de mudança, mas, rapidamente, percebeu que era necessário ainda desenvolver, de fato, um projeto de governo popular.

A eleição de Lula, em 2002, trouxe novos desafios para a esquerda. Pela primeira vez na história brasileira, um partido nascido da união do movimento sindical com outros setores dos movimentos populares e da intelectualidade, chegava ao poder pela via eleitoral. A história de Lula, que saíra ainda menino do nordeste para trabalhar nas indústrias metalúrgicas de São Paulo, tornara-se dirigente sindical, liderara as greves do final dos anos 70 e fundara o Partido dos Trabalhadores (PT), gerava muita identificação com a base dos movimentos sociais, inclusive com a do MST.

Porém, pelas características do sistema eleitoral e de funcionamento do Congresso,

a chegada do PT ao poder foi feita por meio de uma ampla coalizão de partidos e da adequação do programa do partido a alguns princípios do capitalismo financeiro. Entre essas adequações, está o fortalecimento da agricultura brasileira no sistema do mercado internacional de produtos primários.

Nos anos 2000, essa produção para o mercado externo tornou-se peça ainda mais importante na engrenagem do sistema capitalista brasileiro baseado, entre outros processos, no aumento do superávit da balança comercial e entrada de dólares pela venda de commodities (etanol, soja, suco de laranja concentrado, celulose) no mercado internacional. Houve, portanto um incentivo do governo para o desenvolvimento do agronegócio, um novo processo de “modernização” da agricultura brasileira para a produção em larga escala desses bens a preços controlados pelo mercado global.

Como a produção é voltada para o mercado externo, o agronegócio adota os processos produtivos que proporcionem a maior lucratividade com o menor custo possível, pressionando o governo por flexibilizações trabalhistas no campo, ampla utilização da mecanização - o que diminui ainda mais o uso da mão de obra -, emprego de agrotóxicos e outras tecnologias que aumentem a produção com o menor uso de trabalho humano possível, além de empregar sementes geneticamente modificadas, patenteadas pelas empresas transnacionais. Na V Conferência da Via Campesina, realizada em outubro de 2008, o documento final, chamado de Carta de Maputo, fazia um balanço do avanço do agronegócio:

Nas últimas décadas temos visto o avanço do capital financeiro e das empresas transnacionais, sobretudo os aspectos da agricultura e do sistema alimentício dos países e do mundo. Desde a privatização das sementes e da venda de agrotóxicos, até a compra da colheita, o processamento dos alimentos e seu transporte, distribuição e venda ao consumidor, tudo está nas mãos de um número reduzido de empresas. Os alimentos passaram de um direito de todos a mais uma mercadoria. Nossas dietas estão homogeneizando todo o mundo, com os alimentos que são ruins para a saúde, estão com preços fora do alcance das pessoas, e nós estamos perdendo as tradições culinárias de nossos povos. Ao mesmo tempo, estamos vendo uma ofensiva do capital sobre os recursos naturais, como não tinha sido visto desde os tempos coloniais. A crise da taxa de lucro do capital os lança numa guerra de privatização de desapropriação de nossos povos, os camponeses e os indígenas, o roubo de privatização da terra, terra, florestas, biodiversidade, água e mineração. A população rural eo meio ambiente estão sendo atacados. Plantio de grandes agrocombustíveis monocultura industrial faz parte desta guerra, falsamente justificada com argumentos sobre crise energética e climática. A realidade por trás destas últimas facetas da crise tem mais a ver com a atual matriz de transporte de longa distância de mercadorias e individualizado em automóveis, do que qualquer outra coisa (Via Campesina. Carta de Maputo, outubro de 2008).²

² Livre tradução para: “En las últimas décadas hemos visto el avance del capital financiero y de las empresas transnacionales, sobre todos los aspectos de la agricultura y del sistema alimentario de los países y del mundo. Desde la privatización de las semillas y la venta de agrotóxicos, hasta la compra de la cosecha, el procesamiento de los alimentos, y su transporte, distribución y venta al consumidor, todo está ya en manos de un número reducido de empresas. Los alimentos han pasado de ser un derecho de todos y todas, a ser una mercancía más. Se están homogenizando nuestras dietas en todo el mundo, con alimentos que son malos para la salud, tienen precios fuera del alcance de la gente, y estamos perdiendo las tradiciones culinarias de nuestros pueblos. A la vez estamos viendo una ofensiva del capital sobre los recursos naturales, como no se había visto desde tiempos coloniales. La crisis de la tasa de ganancia del capital los lanza a una guerra privatizadora de despojo contra nosotros y nosotras, campesinos e indígenas, un robo privatizador de la tierra, el territorio, los bosques, la biodiversidad, al agua y la minería. Los pueblos rurales y el medio ambiente están siendo agredidos. La siembra de agrocombustibles en grandes monocultivos industriales es parte de este despojo, justificado falsamente con argumentos sobre las crisis energéticas y climáticos. La realidad detrás de estas últimas facetas de la crisis tiene mucho mas que ver con la matriz actual de transporte a larga distancia de bienes, e individualizado en automóviles, que con otra cosa” (Via campesina. Carta de Maputo, outubro de 2008).

De acordo com o dirigente nacional do MST, Neuri Rosseto, com a política agrícola brasileira voltada para o agronegócio, houve uma mudança no conceito de reforma agrária, pois o antigo latifúndio improdutivo, muitas vezes originado de terras devolutas, também é alvo das empresas transnacionais, como Syngenta e Monsanto.

As transnacionais disputam, portanto, as mesmas terras que os camponeses querem que sejam desapropriadas para reforma agrária, mas com objetivos diferentes. As empresas precisam de propriedades para o cultivo de cana de açúcar, soja, eucalipto, laranja, entre outros gêneros agrícolas vendidos no mercado global, empregando maquinário, sementes transgênicas patenteadas, defensivos agrícolas e outras tecnologias para aumentar a produção e diminuir os preços. Nesse processo, aumenta a exclusão dos camponeses, aliados dessa lógica industrial.

Diante da sociedade civil e endossado pelas campanhas governamentais, o discurso do agronegócio é modernizante: o campo é produtor de riquezas que contribuem para o desenvolvimento do Brasil. O antigo latifundiário – violento e atrasado – é estigmatizado também pelo agronegócio. Portanto, ser contra o agronegócio seria ser contra o desenvolvimento do Brasil.

Com o advento do neoliberalismo, a derrota político-eleitoral de 1989, e a consolidação do modelo de dominação do capital no campo como agronegócio, a reforma agrária clássica foi derrotada. Mas isso não quer dizer que se resolveram os problemas agrários, do ponto de vista da classe trabalhadora. Não quer dizer que não haja mais necessidade de reforma agrária. Precisamos, ao contrário, debater que tipo de reforma agrária a sociedade brasileira demanda, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas (Stedile, 2013, p. 11).

É um desafio dos movimentos camponeses mostrar que esse modelo de agricultura não resolve a questão da terra no Brasil. Ao contrário, aumenta o desemprego e não dá conta da produção de gêneros alimentícios para uma população que continua em crescimento. O agronegócio também mantém a dependência do país ao deixar os valores dos produtos do mercado interno atrelados ao mercado global, além de depender do uso de sementes e defensivos agrícolas patenteados.

Assim, o embate com o agronegócio é muito mais complexo de ser explicado, tanto para a sociedade quanto para os camponeses da base. Para o dirigente do MST, Neuri Rosseto, os movimentos camponeses precisam trabalhar na conscientização, tanto dos camponeses quanto da sociedade, de que a luta é diferente da dos anos 80, quando o MST originou-se. As bandeiras de luta saltaram da conquista da terra para outras que, na visão do dirigente, são maiores e de um patamar político mais elevado, como soberania alimentar, mudança da política agrícola, transformação das sementes e alimentos em patrimônio da sociedade e não de uma empresa, entre outros.

Diante destas novas necessidades de comunicação impostas pelas condições da política agrícola brasileira voltada para o agronegócio, o *Jornal Sem Terra* adotou, como pautas para serem comunicadas com sua base, temas como soberania alimentar e agricultura camponesa sustentável, solidariedade entre operários e camponeses, valorização da cultura popular, solidariedade internacionalista e incentivo à educação no campo. Neste atual estágio da política de comunicação do Movimento, o tratamento dessas pautas passa a ser muito mais formativo do que informativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de enfrentarem a repressão dos governos pós-ditadura, os trabalhadores rurais, mesmo nos governos do PT, enfrentam desafios no embate com o agronegócio. As bandeiras de agricultura sustentável podem ser confundidas pela sociedade com as bandeiras de movimentos ecológicos que não são, necessariamente, ligados a setores populares ou operários, nem de tradição marxista. Do ponto de vista da comunicação com sua base, o Jornal Sem Terra teria, então, a tarefa de mostrar essas novas bandeiras. Por isso, nos anos 2000, aos poucos, ele perde as características de um veículo informativo para se tornar um instrumento de formação.

Desde o final da primeira década dos anos 2000, o MST também percebe que, para ter uma maior expressão nesse novo estágio da luta no campo, é preciso apostar em três frentes: a ampliação da aliança com os demais movimentos sociais, o fortalecimento da comunicação alternativa e o incremento da formação dos quadros internos. A formação foi onde o MST mais evoluiu para dar conta dessa nova necessidade de comunicação, em contraponto com as falhas dos meios de comunicação pensados para essa finalidade. Militantes preparados do ponto de vista político e também com maior domínio de comunicação seriam, na visão da atual direção do MST, multiplicadores desse discurso na sociedade.

Porém, o que esses quadros teriam de conhecer e produzir não são apenas as técnicas de comunicação com ênfase nos conteúdos, mas uma comunicação que se proponha a formar e a transformar, ou seja, uma comunicação educadora.

Esta formação tem duas frentes: uma, a compreensão, por parte dos próprios militantes, dos novos desafios que exigem o embate com o agronegócio; outra, o conhecimento do que é comunicação, para que os militantes possam construir seus próprios veículos de comunicação sem mimetizar a produção da indústria jornalística, como ocorre quando comunidades são incentivadas a criar seus próprios canais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Alexandre. **A comunicação do MST: uma ação política contra-hegemônica**. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-26022014-120204/>>. Acesso em: 2014-03-18.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 – 1999)**. 316f. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LENIN, V.I. **Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento**. Trad. Marcelo Braz. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Boletim Sem Terra.** Porto Alegre. Números 01-35, maio/1981-abril/1984.

_____. **Carta do 5º Congresso Nacional do MST.** Disponível em <www.mst.org.br>. Acesso em 06 jan. 2012.

_____. **Jornal Sem Terra.** Porto Alegre/São Paulo. Números 36-316, julho/1984-dezembro/2011.

_____. **Jornal das Crianças Sem Terrinha.** São Paulo. Números 01-24, outubro/2007-fevereiro/2011.

_____. **MST: Lutas e Conquistas.** São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2010.

STEDILE, João Pedro (org). **A questão agrária do Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000.** Volume 8. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VIA CAMPESINA. **Carta de Maputo: V Conferencia Internacional de la Vía Campesina.** Disponível em <<http://www.viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/declaraciones-mainmenu-70/590-carta-de-maputo-v-conferencia-internacional-de-la-vcampesina>> Acesso em 30 mar 13.